*Artigo

O POVO MERECE?

Numa época em que o clamor pela democracia atingia seu ápice contra o absolutismo, com Independência dos EUA e a Revolução Francesa, ele defendia a monarquia hereditária, que considerava de inspiração divina, e a autoridade religiosa também em assuntos políticos. Num tempo em que a maioria do povo não era educada para pensar, mas doutrinada a obedecer; em que roubar um pão para alimentar um filho era punido com anos de trabalhos forçados ou morte, enquanto a nobreza de "divina ascendência" gastava fortunas em festas e futilidades, totalmente alheia ao povo.

"Que coma brioches!"...

O tempo passou e a autoridade estabelecida, defendida por Maistre, deixou de ter cunho "divino" para, na democracia, se alternar, pela força do voto.

O povo deixou de ter o governo que merece, para ter o governo que elege.

Mas não é a mesma coisa?

Não necessariamente, pois um político eleito por um discurso sintonizado com os anseios do eleitor, pode exercer seu mandato negando tudo o que prometeu.

O eleitor merece isso?

E se esse mesmo político é reeleito: os eleitores são outros ou os mesmos?

Quase sempre são os mesmos. Então, Maistre está certo? O povo merece?

No entanto, o que se vê na política brasileira é que são sempre os mesmos políticos ou seus herdeiros, parentes ou afilhados!

A monarquia hereditária foi substituída pela tradição familiar ou pelo monopólio dos partidos, todos com seus "donos". A autoridade religiosa, inclusive em questões políticas, deu lugar à idolatria a mitos políticos, sustentados por legiões de seguidores fanatizados, prontos a cometer insanidades e subverter a ordem por seus líderes, estando certos ou errados.

Aliás, a noção de certo e errado, e de moral e ética hoje adquiriram tal flexibilidade, que até Machiavel e Engels ficariam horrorizados.

Tudo é válido e permitido! "É proibido proibir" se for "para o bem do povo e felicidade geral da nação", na lógica egocêntrica e maniqueísta dos creem que "o Estado sou eu"!

Também existe absolutismo nessa democracia!

Nada contra defender seus ideais. Porém, há um limite para os fins que justificam os meios, sobretudo quando os meios são ilícitos e o fins nem sempre justos.

O cenário político atual é emblemático do nível abissal da política brasileira:

O que se vê nos discursos, na mídia e nas redes sociais é demagogia e apologia da desonestidade, da corrupção e da improbidade.

A cada novo escândalo surgem manifestações de solidariedade aos envolvidos. Cada nova denúncia é respondida com outra, não para condenar ambas, mas para exigir "isonomia": o direito de cometer os mesmos erros e crimes e também sair impune!

Nessa lógica absurda, que o voto não consegue mudar, cada um que se opõe imediatamente é elevado à condição de herói: "salvador da pátria"! Mas não tarda muito a ser alvo de ataques e achaques: sua credibilidade precisa ser destruída!

Parece que a política brasileira não quer se emendar; que do jeito que está, está ótimo!

O povo tem o governo que merece?

É preciso pensar sobre isso, para quem se propõe a tanto.

No entanto, triste do povo que precisa de mitos ou aceita ser liderado por caudilhos ou revolucionários megalomaníacos: infalíveis, inquestionáveis e insubstituíveis, que acreditam ou alardeiam ter ascendência divina ou uma "missão histórica", e fazem de tudo para manter o poder.

Será eternamente escravo deles!

Adilson Luiz Gonçalves - Escritor, Engenheiro e Professor Universitário (UNISANTA)

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
Renan Bezerra do Nascimento
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247 W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
diariodaserra@hera.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Jota Barreto é condenado

O ex-prefeito de Rondonópolis, Hermínio Jota Barreto (PR), que atualmente ocupa vaga de deputado estadual, foi condenado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) a devolver R$ 389 mil ao erário municipal por conta da contratação irregular de um médico anestesista para atuar no Pronto-Socorro da cidade em 1989. O profissional foi demitido sem justa causa quatro anos depois, em 1993, e ingressou com uma ação trabalhista, recebendo R$ 400 mil de verba rescisória referente aos anos trabalhados.

Como a contratação foi de responsabilidade do prefeito da época, a Justiça entendeu que quem deve pagar essa conta é Jota Barreto e não a administração municipal. O ex-prefeito informou que irá recorrer da decisão judicial e disse se recordar da contratação feita há 25 anos. "Me lembro que contratei um médico, porque os pacientes ficavam no corredor aguardando por atendimento. Tenho certeza de que fiz com a melhor das intenções. Não causei prejuízo ao erário e tenho consciência disso", declarou.

Corte

O prefeito de Colíder, Nilson Santos (PMDB) anunciou o corte dos salários dos profissionais da educação que estão em greve desde o dia 3 de fevereiro. "Só vou pagar grevista se a justiça determinar", disse o prefeito. Segundo ele, essa paralisação nada mais é que "um movimento político para tentar desgastar a minha administração".

Reivindicações

Segundo Nilson, dos doze itens reivindicados, ele já atendeu à nove, sendo que segundo ele, um dos pedidos é inconstitucional e outros dois ele teria pedido 120 dias para dar uma resposta. Quanto à perda salarial dos servidores ele falou: "tenho que lembrar que boa parte desse valor é referente ao mandato anterior."

Prazo

"Eu não disse que não vou pagar essa perda salarial, apenas pedi um prazo para estudar a melhor forma", garantiu o prefeito. Para Nilson, as pessoas que trabalhavam na secretaria de Educação, que ajudaram a elaborar essa lei de perda salarial na gestão anterior, são as que mais estão radicalizando na greve.

Acordo

Na semana passada, Nilton tinha concordado com o valor de 8,32%, que abrangeria todos os servidores. Os educadores concordaram, porém querem um compromisso da prefeitura para repor o ganho real de 17,54%. Enquanto essa exigência não for atendida, eles não retornarão às salas de aula. Aproximadamente 2,5mil alunos continuam sem aulas.

*Bastidores da Política

Movimentação

Hoje será um dia de muita movimentação na Câmara Municipal de Tangará da Serra. Isso porque os vereadores terão em pauta vários projetos importantíssimos, entre eles a votação das Contas Anuais de Governo de 2012 da Prefeitura de Tangará da Serra, sob a gestão do ex-prefeito Saturnino Masson (PSDB).

Pareceres

As contas seguem para plenário com pareceres diferentes, sendo contrário à aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e favorável por parte da Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos do Legislativo Municipal, através de seu relator, o vereador Professor Vagner, do mesmo partido de Masson.

Inelegibilidade

Caso as contas do ex-prefeito Saturnino Masson sejam julgadas irregulares pela Câmara Municipal, ele ficará inelegível para qualquer cargo para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, contados a partir da data da decisão, de acordo com a Lei Complementar federal nº 64/90, que fixa esses casos de inelegibilidade.

Futuro

Porém, mais que julgar as contas, a decisão que os vereadores tomarão nesta tarde, definirá se Saturnino Masson será ou não candidato a deputado estadual nas eleições deste ano pelo PSDB. Nos corredores da Câmara, após uma manhã de reuniões, o que se conta é que a decisão já está tomada.

Extraordinária

Mas além das Contas de Governo, que serão analisadas em sessão ordinária, a Câmara realizará ainda nesta terça-feira uma sessão extraordinária para analisar e votar dois outros projetos que tratam sobre a abertura de crédito especial de R$60 mil e crédito adicional suplementar de R$ 56 mil, ambos do Executivo Municipal.

Aguardado

Porém, o mais aguardado desses projetos – o que trata da abertura de crédito superior a R$ 2 milhões para a conclusão das obras da UMS – segundo o vereador Weliton Duarte será votado somente na próxima semana. A justificativa é que precisam de mais tempo para analisá-lo e assim emitir o parecer.

Convidado especial

O recém empossado ministro da Agricultura Neri Geller (PMDB) é o convidado desta terça-feira para a reunião almoço da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em Brasília. A participação no debate semanal é um dos primeiros compromissos externos de Neri Geller desde que assumiu o cargo há dez dias.

Sintonia

A presença de Neri é uma clara demonstração de sintonia entre o ministro, que é produtor rural, com a classe política, algo que há muito não acontecia, já que os ex-ministros Wagner Rossi e Mendes Ribeiro não eram produtores rurais e Antônio Andrade não demonstrou conhecimento suficiente das necessidades do setor em nível nacional.

Desembargadora reforça atuação firme do TRE

O TRE-MT está de "olhos abertos" para partidos políticos, empresas e pré-candidatos às eleições de outubro próximo e não vai deixar passar as tentativas de propagandas foras de época sem punição. O "recado" é da desembargadora Maria Helena Póvoas, corregedora do TRE, que disse que a instituição está montando uma "operação de guerra" contra qualquer tentativa de desrespeitar a lei.

"É bom deixar claro aos candidatos que não apostem na inércia do Tribunal Eleitoral. Nós estamos muito atentos as propagandas extemporâneas, para as subliminares, para as propagandas dos comerciantes que só anunciam em época de eleição, para os partidos políticos que pretendem de alguma forma desatender as resoluções do TSE (...) para garantir tudo isso, nós estamos montando uma operação de guerra", disse.